

Janet Araújo



Lúcia Vânia preside reunião, ao lado de Mares Guia, Pedro Brito e Paulo Octávio

## Ministro diz que recriação da Sudeco é prioridade

O ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, afirmou que recriar a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste é uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento. O aumento de vôos internacionais para o Brasil mobiliza o ministro do Turismo, Mares Guia. **Página 6**

Comissão de Tecnologia quer decidir sobre indicações para Anatel **Página 2**

## Filhos de empregados podem ter creche gratuita

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou projeto de Paulo Paim que garante creche e pré-escola aos dependentes de trabalhadores em empresas com mais de 70 empregados. **Página 8**

J.Freitas



Mesquita Júnior (E) relata projeto, ao lado de Flávio Arns e Patrícia Saboya

## Projetos contra crime saem em 30 dias

Grupo de seis senadores analisa sugestões como escola em tempo integral e possibilidade de unificar polícias civil e militar



Comissão da CCJ reúne Jarbas Vasconcelos (E), Mozarildo Cavalcanti, Aloizio Mercadante, Demostenes Torres e Antonio Carlos

O grupo criado pela Comissão de Justiça deverá apresentar em 30 dias uma série de propostas para a segurança pública, segundo afirmou ontem o senador Demostenes Torres. Para Aloizio Mercadante, também são necessárias políticas públicas de emprego, educação, cultura e esporte. Já Magno Malta propõe a formação de uma comissão que inclua representantes do Executivo e do Judiciário. **Página 3**

## Debate com Dilma, Bernardo e Mantega

O Programa de Aceleração do Crescimento será debatido pelos senadores, no dia 13, com os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Marconi Perillo. **Página 6**



Ministros da Ciência e Tecnologia e das Comunicações serão convidados a participar de audiência na CCT a fim de debater prioridades para esses setores nos próximos quatro anos

## Comissão de Tecnologia poderá examinar indicações para Anatel

O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Wellington Salgado (PMDB-MG), encaminhou à Mesa pedido para que o colegiado passe a examinar as indicações dos nomes de diretores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Atualmente essas mensagens são analisadas pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Wellington informou sobre a solicitação durante a segunda reunião da comissão, ocorrida ontem. A CCT também aprovou a realização de audiência pública com os ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e das Comunicações, Hélio Costa, para discutir questões prioritárias dos dois setores para os próximos quatro anos. A data das reuniões ainda não foi marcada, mas a primeira delas poderá acontecer na próxima quarta-feira. O requerimento para a realização das audiências com os ministros é de autoria do presidente da CCT.

Na reunião, foi definido o cronograma de trabalho do colegiado, que se reunirá às quartas-feiras, às 8h45. Em seguida, os senadores acolheram, por unanimidade, 27 projetos de decreto legislativo com decisão terminativa na comissão – todos de autoria do Executivo. Entre as propostas, 16 aprovam permissão para o funcionamento de rádios comunitárias, 11 tratam da autorização para o



Ao lado de Crivella, Wellington (E) preside reunião da comissão criada este ano

funcionamento de emissoras de radiodifusão sonora em frequência modulada e uma acolhe a renovação de concessão outorgada a uma emissora de TV.

### Informação e tecnologia

Wellington destacou a importância dos trabalhos da CCT, criada este ano com o objetivo de opinar sobre desenvolvimento científico e tecnológico; política nacional de ciência e tecnologia, comunicação e informática; e acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais nesses setores.

A comissão também está encarregada, segundo o parlamentar, de tratar de temas como propriedade intelectual, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, comunicação, imprensa, radiodifusão e televisão.

– O avanço da tecnologia e da comunicação, a questão sobre até onde vão as teles e a radiodifusão,

a TV a cabo e a TV digital, etc., são assuntos da maior relevância a serem debatidos pela comissão. Tenho certeza de que este ano será muito frutífero para nós – ressaltou.

O vice-presidente da CCT, Marcelo Crivella (PRB-RJ), observou que, com a utilização do saber e da tecnologia, os jovens podem ser mais bem orientados em sua educação e ajudados em seu meio social.

– Espero que os jovens sejam seduzidos pelo uso do saber e que esta comissão possa ajudar nisso – afirmou Crivella.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Augusto Botelho (PT-RR), Flávio Arns (PT-PR) e Gilvam Borges (PMDB-AP) assinalaram a importância da criação do colegiado. Augusto disse que vai lutar pelo registro de patentes, enquanto Arns observou que o país deve ter mais domínio sobre informação e tecnologia.

## Claudino diz que sua atuação terá como metas trabalho e educação

João Vicente Claudino (PTB-PI) fez ontem seu primeiro discurso no Senado, informando que o tripé de sua atuação parlamentar será trabalho, desenvolvimento com responsabilidade socioambiental e educação.

– Hoje estou nesta honrada tribuna, destacando que a cadeira em que tomo assento sempre foi ocupada por políticos com longa vida pública. E hoje a ocupo de maneira inédita, pois essa foi minha primeira disputa eleitoral. Sou um tanto novo na vida política do meu estado, embora faça política há 20 anos – disse.

Claudino afirmou estar disposto a trazer sua experiência administrativa para a atividade parlamentar. Após agradecer pelo quase 1 milhão de votos recebidos, assegurou que não esquecerá quem acreditou em suas propostas.

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Efraim Moraes (PFL-PB), Tasso Jereissatti (PSDB-CE) e Sérgio Zambiasi



Rosewell/br/ro

João Vicente Claudino fez ontem seu primeiro discurso na tribuna do Senado

(PTB-RS) desejaram a Claudino êxito em seu mandato. Marco Maciel (PFL-PE) disse ao colega que, “além das questões nacionais e federativas, poderemos também atuar muito em defesa do Nordeste e de seu desenvolvimento”.

Já Mão Santa (PMDB-PI) lembrou a atuação de Petrônio Portella no Senado e afirmou que “é da sua autoridade moral que nós, representantes do Piauí, somos herdeiros”.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### TV Senado exhibe entrevista com Celso Amorim

Hoje, às 23h, o programa Diplomacia apresenta entrevista exclusiva com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que analisa a reaproximação entre Estados Unidos e Brasil. Amorim fala ainda sobre Mercosul, Venezuela, Alca, investimentos estrangeiros, desvalorização do dólar e biocombustível. O programa tem reprise amanhã, às 11h30 e 22h30, e no domingo, às 9h e às 16h30.

### Plenário

Gerson Camata (PMDB-ES) e Romeu Tuma (PFL-SP) estão entre os oradores inscritos na sessão de hoje, que é não-deliberativa. Sem votação de matérias, o tempo é dedicado a pronunciamentos e a comunicados da Mesa e das lideranças.

### Pergunte ao senador

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. Contatos também podem ser feitos pelo [alosenado@senado.gov.br](mailto:alosenado@senado.gov.br).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Moraes  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Efraim Moraes, Magno Malta, Papaléo Paes e Cícero Lucena

Colegiado vai analisar mudanças nas legislação penal; reforma da segurança pública; e políticas de emprego, educação, cultura e esporte, entre outros assuntos

## Malta quer os três Poderes atuando juntos para acabar com a violência

O senador Magno Malta (PR-ES) encaminhou ofício ontem propondo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que convide o Executivo e o Judiciário para criar uma comissão, composta por membros dos três Poderes, que se responsabilizaria por estabelecer medidas necessárias para resolver o problema da violência.

– O Legislativo não tem a chave do cofre nem manda prender – observou.

Malta disse que a reunião dos governadores do Sudeste com Renan, na quarta-feira, é uma reprise da que ocorreu quando o prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, foi assassinado. As reivindicações, afirmou, eram as mesmas, e uma comissão mista de segurança pública foi criada, tendo como presidente o então senador Íris Rezende e como relator o então deputado e hoje senador Efraim Morais (PFL-PB).

– Fui sub-relator. O governador Aécio Neves era o presidente da Câmara. As 13 propostas apresentadas pelos governadores fazem parte do pacote de leis aprovadas



J.Freitas

**“O Legislativo não tem a chave do cofre nem manda prender”, justifica Malta**

pela comissão. Onde estão agora? Paradas na Câmara – protestou.

O senador citou como exemplo a Lei 11.343, que estabelece aumento de pena para diversos tipos de delitos, inclusive para quem utiliza menores na prática de crimes. A lei foi aprovada e sancionada pelo presidente Lula.

– Mesmo assim, adiaram a decisão sobre redução da maioridade e apresentaram proposta de aumento de pena para quem utiliza menores para a prática de crimes. Será que não sabem que isso já é lei, já está vigorando?

## Mozarildo cobra efetiva adoção de medidas para melhorar segurança

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem uma série de medidas na área de segurança pública. Ele destacou ainda a importância do grupo de trabalho recém-criado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apresentar propostas ao setor. Mozarildo é um dos integrantes desse grupo.

Entre as medidas defendidas pelo senador estão o pagamento de melhores salários para os policiais, punições severas para os policiais envolvidos com crimes, a classificação como crime hediondo para os casos em que adultos se utilizam de menores para praticar delitos, a redução da maioridade penal e a “estadualização” da legislação penal.

– O que não pode ocorrer é que essas proposições sejam aprovadas no Senado e depois “morram” na Câmara. Ou que sejam aprovadas na Câmara para depois acabarem vetadas pela Presidência da República – disse.

Mozarildo ressaltou que o esforço pelo aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil não deve se restringir a ações da

Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas também deve envolver os Poderes Executivo e Judiciário.

– Todo mundo joga pedra no Legislativo, como se fôssemos os responsáveis pela impunidade. Na verdade, quem aplica a lei? É o Executivo, por meio da polícia; e o Judiciário, depois de apurados os fatos. Nós fazemos as leis, atendendo ao clamor da sociedade – ressaltou.

O senador sugeriu também o envolvimento de instituições como Rotary, Lions e Maçonaria, na busca por mais segurança.



Mozarildo

**Mozarildo destacou grupo de trabalho criado para propor medidas para o setor**

## Demostenes: grupo apresenta em 30 dias proposta contra violência

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse ontem que o grupo de trabalho criado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para estudar medidas de combate à violência no país deverá apresentar em até 30 dias uma série de propostas, muitas delas elaboradas a partir de projetos de lei que já tramitam no Congresso.

O grupo tem duas reuniões programadas para a próxima semana: a primeira na segunda-feira, às 18h, e a outra na quinta, às 11h. Integram esse colegiado seis senadores: Aloizio Mercadante (PT-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Demostenes Torres, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Além deles, há dois suplentes:

os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Patrícia Saboya (PSB-CE). O grupo fará duas reuniões por semana.

Entre as propostas que poderão ser apresentadas pelo colegiado, está a de “desconstitucionalização” das polícias civil e militar. Seu objetivo seria permitir que os estados optem entre manter essas polícias separadas ou unificá-las – já que a Constituição federal, em seu artigo 144, estabelece competências e atuações distintas para as duas corporações.

Também serão discutidas proposições sobre escola em tempo integral, separação de presos por grau de periculosidade, bloqueio do sinal de telefones celulares em presídios e tipificação legal do crime organizado, entre outras.

Segundo Aloizio Mercadante,

“há um consenso quanto à necessidade de uma profunda reforma em todo o sistema de segurança pública”.

– Vamos atacar em várias frentes – assinalou o parlamentar.

Apesar de defender as medidas, Mercadante argumentou que isso não será suficiente para superar o problema da violência. Ele ressaltou que também são necessárias políticas públicas voltadas para emprego, educação, cultura e esporte.

Na quarta-feira, os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro – Aécio Neves, José Serra, Paulo Hartung e Sérgio Cabral – apresentaram propostas similares às dos presidentes da Câmara, dos Deputados, Arlindo Chinaglia.



Jane Vazupio

Mercadante, ACM, Mozarildo, Jereissati, Demostenes e Jarbas (esq. para dir.) em reunião de trabalho no restaurante do Senado

## Mercadante é contra estadualização das leis penais

Aloizio Mercadante (PT-SP) discordou ontem de duas propostas defendidas pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral: a revisão da criminalização das drogas ilícitas e a “estadualização” da legislação penal – ou seja, a concessão de autonomia aos estados para que legislem sobre matérias penais.

Sobre a possível legalização do uso de drogas, Mercadante declarou que “não há nenhuma experiência internacional de êxito nesse sentido”.

– Isso não pode ser feito em

um estado isoladamente, nem em uma nação isoladamente, porque, do contrário, acaba-se por organizar, legalizar e legitimar o tráfico de drogas – argumentou o parlamentar.

Sérgio Cabral havia dito, na quarta-feira, ao defender a revisão da criminalização das drogas, que essa proibição tem levado à morte muito mais pessoas e intensifica o tráfico de armas, sobretudo em países em desenvolvimento ou onde “a miséria é absoluta”.

**Segurança pública**

Mercadante afirmou, ao contes-

tar a “estadualização” da legislação penal, que é necessária uma política nacional para os grandes temas da segurança pública.

Ele disse que se pode discutir a ampliação, no âmbito da Federação, da responsabilidade dos estados sobre o tema, mas que também “há questões relacionadas a um projeto de nação e de sociedade”.

– Sobre essas questões a Constituição federal é clara, e nós não vamos abdicar da prerrogativa de ter uma política nacional – ressaltou o senador.

Senador anuncia que pedirá autorização para apresentar proposta baseada na sugestão de Cabral sobre concessão de autonomia aos estados para legislar sobre segurança

## Camata apresentará projeto de “estadualização” de normas penais

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou ontem que vai pedir autorização ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para apresentar projeto de lei baseado em sua proposta de transferir para os estados a competência de legislar sobre alguns itens do Direito Penal, como segurança pública.

Camata disse que matéria semelhante, de sua autoria, está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele observou, no entanto, que a de Cabral é melhor, e adiantou que solicitará a tramitação conjunta



Camata lamenta decisão da CCJ de adiar votação sobre redução da maioria penal

das duas propostas.

O parlamentar também destacou a visita ao Congresso, na

última quarta-feira, dos governadores da região Sudeste, que apresentaram 13 propostas de mudanças na legislação penal que consideram prioritárias. Ele assinalou que todas as propostas já tramitam há mais de dez anos no Congresso.

Gerson Camata também lamentou a decisão da CCJ de adiar por mais 45 dias a votação da proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Ele lembrou que a matéria tramita há nove anos no Senado e disse que não vê “o que ainda seria possível examinar em tão pouco tempo”.

## Alvaro Dias culpa governo pelo crescimento da violência no país

O aumento da violência no país, de acordo com Alvaro Dias (PSDB-PR), deve-se à incompetência administrativa do governo, que, segundo o senador, não foi capaz de gerir os recursos do Orçamento da União disponíveis para a segurança pública.

– O governo não vê, não cuida, não protege, não respeita, não se sensibiliza com a tragédia diária. Assiste passivamente ao acúmulo de vítimas e nem sequer gasta os recursos disponibilizados para segurança; acumula recursos para pagar juros e compromissos da dívida e fazer superávit primário – protestou.

Alvaro ainda acusou a Câmara dos Deputados de adotar “postura contemplativa e desrespeitar o Senado”, por não ter colocado

na pauta de votações o pacote antiviolência aprovado pelos senadores em maio de 2006.

– Quero apelar para a sensibilidade do presidente Arlindo Chinaglia para que coloque na pauta todos os projetos – pediu.

O senador concordou com manifestação de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), feita por ocasião do assassinato do menino João Hélio Fernandes. ACM protestou contra afirmações de autoridades de que não se deveria votar propostas “em momento de grande emoção”.

– Em que dia neste país não há emoção? Vivemos sob emoção contínua. Se formos esperar por um dia sem emoção, não se fará mais nada neste país – argumentou Alvaro.



Governo não foi capaz de gerir recursos do Orçamento para segurança, diz Alvaro

O parlamentar paranaense também registrou o assassinato do publicitário e ex-diretor comercial do jornal O Paraná, em Cascavel, André Heitor Costa e Filho.

– Mais um caso que confirma a posição do estado como um dos mais violentos do país – observou.

O senador também lamentou que Foz do Iguaçu (PR), cidade turística, esteja se sobressaindo pelos altos índices de violência.

## ACM protesta contra mudança no Regimento

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou contra a aprovação do projeto de resolução (PRS 04/07) que permite aos membros da Mesa, exceto o presidente, integrarem comissões permanentes e subcomissões. O senador, que preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), levantou uma questão de ordem afirmando que a decisão foi tomada “arbitrariamente e sem que ninguém soubesse”.

– A matéria foi aprovada com urgência, inclusive dizendo que

a CCJ era favorável. Não é favorável. Quem deu parecer não tinha condições de dar sem a autorização do presidente.

Para Antonio Carlos, foi “uma atitude pouco elegante e descortês mudar o Regimento Interno em 12 horas”, em desacordo com os líderes dos partidos.

O 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR) – que presidia a sessão da quarta-feira, na qual a resolução foi aprovada –, rebateu, ao observar que a matéria foi votada em regime de urgência por acordo de

líderes. Na opinião de Alvaro, a resolução “atende ao legítimo desejo dos membros da Mesa de também participarem dos trabalhos das comissões”.

– De minha parte digo: se isso prevalecer, não distribuirei nenhum projeto a quem tenha sido membro da Mesa e vá para a comissão. Isso é um crime que se praticou neste Senado para dar vantagens aos membros da Mesa, que já têm muitas – afirmou ACM, que prometeu recorrer da decisão, que para ele é inconstitucional.

## Jarbas Vasconcelos analisa situação brasileira e declara oposição a Lula

Em seu primeiro discurso no Plenário, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) traçou um panorama da conjuntura nacional e afirmou que integrará a oposição ao governo Lula. O parlamentar criticou diversos aspectos do primeiro mandato de Lula e disse estar disposto a auxiliar o país no aperfeiçoamento da democracia e na aprovação de projetos importantes para os brasileiros. Em apertes, 20 senadores (tanto da base aliada quanto da oposição) elogiaram o discurso do colega e sua trajetória política.

De volta ao Congresso após 21 anos – foi deputado federal por duas vezes –, Jarbas Vasconcelos relembrou seus dois mandatos à frente da prefeitura do Recife e outros dois à frente do governo de Pernambuco, gestões essas amplamente enaltecidas pelos apertantes. O senador elogiou o avanço do país na questão das eleições diretas e ressaltou que o Brasil mudou para melhor.

– Deixamos de ser uma democracia em construção para servir de exemplo a uma parte expressiva do mundo que ainda convive com regimes autoritários – comemorou.

Da tribuna, ele enfatizou a importância da chamada reforma política a ser “encarada de frente pelas lideranças políticas”. Jarbas Vasconcelos afirmou que, apesar da posição majoritária do PMDB ser de apoio ao governo Lula, ele se sente à vontade na oposição, pois ajudará a fiscalizar a administração federal. Disse também ter dificuldade em acreditar nas promessas do governo federal.



Em seu primeiro discurso no Senado, Jarbas Vasconcelos recebe 20 apertes elogiosos

Conforme o parlamentar, dois grandes projetos foram prometidos, mas não saíram do papel.

– A transposição do rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina. Por que não falar também do funcionamento da Sudene [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste]? Um órgão público que precisa voltar sem seus vícios e distorções do passado – enumerou.

O senador disse que, mesmo estando na oposição, está comprometido em avaliar e aperfeiçoar as propostas enviadas pelo governo. Entretanto, demonstrou pessimismo quanto à promessa do presidente Lula de “destravar o crescimento econômico”. Segundo observou, a economia não será destravada se os gastos públicos não forem mais bem planejados e a infra-estrutura nacional continuar “em frangalhos”. Acrescentou que as reformas previdenciária e trabalhista são necessárias para o país.

– O governo das palavras precisa se transformar no governo do desenvolvimento de verdade.

## Mão Santa aponta integridade de caráter nas ações de Michel Temer

“Não troco as trouxas das minhas convicções por um ministério.” Mão Santa (PMDB-PI), que em seus pronunciamentos costuma atribuir essa frase a Rui Barbosa, comparou o advogado, jornalista, jurista, político e diplomata ao presidente do PMDB, Michel Temer. Segundo Mão Santa, diante de oferta de um ministério feita pelo presidente Lula para que renunciasse à tentativa de reeleger-se, Temer teria recusado o cargo, para não ferir seus ideais.

Para o senador, Michel Temer, além de ter feito a história se repetir, é constitucionalista, como Rui Barbosa. Por outro lado, Mão Santa classificou o adversário de Temer na disputa pela presidência



Em pronunciamento no Plenário, Mão Santa compara Temer a Rui Barbosa

do PMDB, Nelson Jobim, de réu confesso. Jobim teria confessado que, na constituinte, participou de uma fraude para introduzir no texto constitucional de 1988 artigos não votados.

## Augusto: fogo caminha em direção aos ianomâmis

Preocupado com a incidência de 4,6 focos diários de incêndio em Roraima e a notícia de que um grande incêndio ameaça sair de controle e repetir a calamidade ocorrida em 1998, o senador Augusto Botelho (PT-RR) pediu ontem ajuda ao presidente Lula e aos ministros relacionados ao problema para evitar a catástrofe. Augusto disse que o incêndio está sendo alimentado por um verão muito quente e ventos fortes, acrescentando que o fogo caminha em direção à reserva indígena dos ianomâmis.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu a Augusto que tente sensibilizar o presidente Lula, uma vez que ambos são do PT, e espera que o governo ouça e envie os recursos necessários para debelar os incêndios.



“Maior jazida de diamantes do mundo vem sendo dilapidada”, afirma Expedito

## Expedito Júnior aponta risco de chacina em reserva

Expedito Júnior (PR-RO) comentou documento encaminhado pelo governador Ivo Cassol à Procuradoria Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério da Justiça e à Presidência da República alertando para o risco de nova chacina entre garimpeiros e índios cinta-larga na reserva Roosevelt, em Rondônia, área rica em diamantes.

O senador afirmou que “a maior jazida de diamantes do mundo vem sendo dilapidada de forma irracional”. Ele reivindicou a votação de projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) que disciplina a exploração da jazida na reserva dos índios cinta-larga.

Expedito Júnior ainda pediu a revogação de portaria editada pela governadora Yeda Crusius que impede a entrada de carne de Rondônia e do Acre no Rio Grande do Sul.

Autor do requerimento para a criação de subcomissão, João Tenório diz que produção de etanol deve chegar a 17,5 bilhões de litros na safra 2006/2007



Presidente da Comissão de Agricultura, Joaquim Roriz (na mesa, em primeiro plano) pede a indicação dos integrantes da subcomissão

# Subcomissão acompanhará evolução dos biocombustíveis

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento do senador João Tenório (PSDB-AL) criando a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. O presidente da CRA, senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), solicitou aos líderes partidários a indicação dos nomes dos senadores que integrarão o novo colegiado, que deverá ser presidido pelo autor do requerimento.

Ao justificar a proposta de criação da subcomissão, João Tenório afirmou que o agronegócio participou com US\$ 42,7 bilhões de superávit para um saldo na balança comercial de US\$ 46 bilhões, em 2006. As matérias-primas para os chamados biocombustíveis têm participado com parcela crescente desse volume

destinado ao mercado externo, ressaltou o senador.

– Tanto a produção do etanol como a produção do biodiesel têm crescido no país de forma muito acentuada. A produção atual de etanol já é superior a 16 bilhões de litros ao ano e deve chegar a 17,5 bilhões na safra 2006/2007 – argumentou.

Cerca de 250 mil agricultores devem participar dessa cadeia produtiva, mas o governo federal ainda não definiu totalmente as regras do setor, o que, na opinião de João Tenório, terá de ser feito no menor tempo possível.

Para o parlamentar, os impactos da produção de matérias-primas para esses biocombustíveis na economia justificariam a criação de uma subcomissão para acompanhar a evolução do setor.

O Brasil estabeleceu, junto com os Estados Unidos, o objetivo de transformar o etanol em uma commodity. Os dois países são os maiores produtores mundiais do produto – responsáveis por cerca de 70% da produção global de etanol, relatou Tenório. A União Européia decidiu que seus 27 países-membros deverão utilizar 5,75% de etanol na frota de seus carros até 2010.

– Pela importância que terão os biocombustíveis no futuro do planeta e pelas possibilidades de participação do Brasil nesse futuro, acredito que é fundamental o acompanhamento permanente, pelo Legislativo brasileiro, do desenvolvimento desse setor e de seus impactos na agricultura e no meio ambiente do nosso país – concluiu.

## ACM cobra votação de requerimento sobre transposição do São Francisco

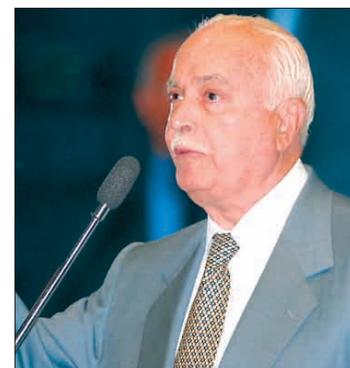
O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou do 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), a apreciação de requerimento que encaminhou na quarta-feira à Mesa, solicitando informações à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, relativas à licença prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o projeto de transposição do Rio São Francisco.

Contrário à transposição, Antonio Carlos apresentou o requerimento durante sessão presidida interinamente por Efraim, quando a proposta acabou por não ser

examinada. Na ocasião, Efraim manifestara opinião favorável à transposição, argumentando que o projeto faz parte dos interesses da Paraíba. O fato provocou a reação do senador pela Bahia.

– Defenda seu estado, mas não defenda a transposição. Há caminhos para se levar água à Paraíba sem precisar dessa transposição, que vai favorecer o lobby das empreiteiras, fazer com que o PT pague suas dívidas e com que mais mensalões apareçam – disse.

Antonio Carlos enalteceu o trabalho de Efraim como presidente da extinta Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.



Para Antonio Carlos, transposição vai favorecer empreiteiras e mensalões

### Criminalidade

Antonio Carlos afirmou ainda que a Comissão de Justiça (CCJ), que preside, irá votar todos os projetos de combate à criminalidade que estão na pauta, inclusive o que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

## Marconi destaca 85 anos da Semana de Arte Moderna

Marconi Perillo (PSDB-GO) ressaltou o transcurso dos 85 anos da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, no teatro Municipal de São Paulo. A semana representou um marco cultural para o país e revelou nomes para a literatura (poesia), teatro, música, artes plásticas e arquitetura.

Entre esses, destacam-se Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Heitor Villa-Lobos e Anita Malfatti, expoentes do movimento conhecido como antropofagismo.

– Gente que virou as costas aos ditames clássicos da prosa e da poesia, gente que rompeu com as regras, a métrica, o modelo, para criar livre de qualquer padrão – disse Marconi, que recebeu aparte de apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF).



Déficit absoluto chega a 7,2 milhões de moradias no país, observa Romeu Tuma

## Tuma chama atenção para a falta de moradia

O problema dos sem-teto no Brasil foi discutido em discurso de Romeu Tuma (PFL-SP). O senador informou que, segundo estudo do Ministério das Cidades, de 2005, o déficit habitacional absoluto do Brasil é de 7,2 milhões de moradias, e que o déficit de adequação domiciliar, referente ao número de moradias inabitáveis, supera os 12 milhões de unidades. Conforme Tuma, certamente os números já estão em patamares mais elevados, uma vez que muito pouco foi feito nos últimos dois anos para combater a falta de moradias no país.

O senador disse que o plano habitacional anunciado pelo governo no segundo semestre de 2006 beneficia apenas famílias com renda igual ou superior a cinco salários mínimos, justamente a fatia da população que menos precisa de auxílio habitacional.

Primeira audiência, prevista para o dia 13, deve reunir autoridades envolvidas na coordenação do programa. Depois, será a vez de dirigentes de entidades empresariais

## Ministros e empresários vão debater o PAC com senadores

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega, debaterão com os senadores o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no dia 22 de janeiro pelo governo federal. A reunião será realizada no próximo dia 13, às 10h, no Plenário do Senado.

O anúncio dessa discussão foi feito ontem pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), ao final da reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a qual preside. O parlamentar informou ainda que a audiência pública com a presença dos três ministros será feita em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Também foram aprovados requerimentos de autoria dos senadores Marconi Perillo e Adelmir Santana (PFL-DF) para que o PAC seja discutido em outras reuniões da CI. As datas das audiências públicas ainda serão

marcadas.

A primeira audiência pública, solicitada por Marconi, deverá contar com a presença dos presidentes da Petrobras, Sérgio Gabrielli; da Eletrobrás, Valter Cardeal; da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch; da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Armando Monteiro Neto; e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Na audiência pública solicitada pelo senador Adelmir Santana deverão comparecer, além do presidente da CNI, os presidentes das confederações da Agricultura (CNA), Antônio Ernesto de Salvo; dos Transportes (CNT), Clésio Andrade; e do Comércio (CNC), Antônio de Oliveira Santos.

### Gás boliviano

A CI acolheu ainda outro requerimento de autoria do senador Marconi Perillo que pede audiência pública destinada a debater o acordo do gás firmado

entre o Brasil e a Bolívia, com a presença do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli.

Os senadores do colegiado também aprovaram a realização de audiência pública para discutir o processo das concessões públicas em rodovias federais. O requerimento foi apresentado pelas senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Shlessarenko (PT-MT).

### Energia

Foi acatado ainda parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao projeto de lei da Câmara (PLC 111/06) que prorroga até 31 de dezembro de 2010 a obrigação das concessionárias e das permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica de aplicar, no mínimo, 0,5% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia. O projeto de lei vai agora para exame do Plenário.

## Sardenberg, ex-ministro de FHC, é aprovado para Anatel

Por unanimidade, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem o nome do embaixador Ronaldo Sardenberg, ministro da Ciência e Tecnologia no governo Fernando Henrique Cardoso, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A indicação presidencial segue agora para análise do Plenário do Senado.

A oposição, que compareceu em peso à reunião, enalteceu a decisão do presidente Lula de indicar Sardenberg. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que, reiteradamente, faz críticas ao governo – e que não é membro da CI – fez questão de comparecer para elogiar a indicação. Para ele, “o governo sairá ganhando com a presença de Sardenberg na Anatel”.

– Entendo que a minha nomeação faz parte de uma política destinada a fortalecer a agência – previu Sardenberg, ao pregar a independência da Anatel, inclusive financeira, “desde que ela não seja arrogante e esteja em



Sardenberg (E) participa de reunião na comissão, ao lado de Marconi (C) e Delcídio

sintonia com o governo, ao qual deve sempre consultar”.

Sardenberg revelou ainda que tentará encontrar uma saída tecnológica para bloquear celulares nos presídios. Disse também que é preciso aperfeiçoar o marco regulatório existente no país, com o objetivo principal de dar segurança jurídica aos investidores e, assim, atrair recursos privados, com destaque para os externos. Ele afirmou que lutará ainda pela universalização das telecomunicações, principalmente nas

regiões menos desenvolvidas, e pela melhoria da qualidade nos serviços oferecidos.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) disse que as agências reguladoras têm pouca consistência em suas ações e condenou a proliferação de rádios piratas e de rádios comunitárias no país. Já Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a independência das agências reguladoras, enquanto Eliseu Resende (PFL-MG) lembrou que as agências têm que ser uma questão de Estado, e não de governo.



Ministros da Integração (E) e do Turismo comparecem à comissão presidida por Lúcia Vânia

## Recriação da Sudeco é prioridade, garante ministro da Integração

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discutiu ontem projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Centro-Oeste. De acordo com o ministro da Integração Nacional, Pedro Brito do Nascimento, a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) é uma das prioridades do PAC para a região. A importância da iniciativa foi ressaltada pelo vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal, o ex-senador Paulo Octávio, também presente na audiência.

A proposta da reativação da Sudeco encontra-se em tramitação no Senado. As superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Sudene e Sudam) já foram recriadas, mas o senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu

que sejam dotadas de infraestrutura para que possam cumprir seu papel.

A transposição do rio São Francisco foi outro tema debatido pelo ministro, ao responder a perguntas dos senadores. O senador José Maranhão (PMDB-PB) defendeu a transposição, dizendo que é a única perspectiva de desenvolvimento para determinadas regiões do Nordeste. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o estado de Minas Gerais está preocupado com a transposição e pediu investimentos na revitalização do rio, antes que a transposição seja efetivada.

O ministro informou que o presidente Lula destinará R\$ 1,3 bilhão nos próximos quatro anos para a revitalização do rio e garantiu que o projeto de transposição será iniciado brevemente.

## Mares Guia quer mais vôos internacionais para o Brasil

O ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, participou ontem de reunião na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para discutir a aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Centro-Oeste. Ele disse que o ministério está especialmente empenhado em aumentar o número de vôos internacionais que têm o Brasil como destino e anunciou que já há novos vôos, por exemplo, ligando Brasília a Lisboa (Portugal) e o que fará a conexão entre São Paulo e Dubai, nos Emirados Árabes.

Segundo o ministro, até quatro anos atrás o Nordeste tinha menos de dez vôos internacionais semanais e agora conta com mais de 40 para destinos como Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. Ele também frisou o peso do turismo

na economia mundial, lembrando que os recursos gerados pelo setor chegam a 10% do produto interno bruto (PIB) do mundo, mas que, no Brasil, o turismo não passa de 3% do PIB, o que demonstra, para ele, o potencial de crescimento do setor no país.

Mares Guia afirmou que, em 1950, cerca de 25 milhões de pessoas fizeram turismo internacional, enquanto, no ano passado, 848 milhões de pessoas viajaram entre países, sendo que 5 milhões vieram ao Brasil. O ministro lembra que o setor garante inclusão social e gera empregos na própria região em que a pessoa vive.

– Onde há riqueza natural e cultural, há turismo. Nossa diversidade cultural e natural nos dá a possibilidade de incrementar o turismo no país – disse.

## Combater desigualdade e estimular turismo, as metas de Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que pretende fazer com que a pauta do colegiado atenda às reivindicações de todas as regiões. Para isso, ela informou que será criada a Subcomissão de Turismo das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

A senadora afirmou acreditar que, dessa forma, a comissão terá melhores condições de corresponder aos seus objetivos de criação – prioritariamente, diminuir as desigualdades regionais e incentivar o turismo nacional.

Ontem, a CDR abriu os trabalhos do biênio 2007/2008 em audiência pública com a presença dos ministros do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e da Integração Nacional, Pedro Brito do Nascimento, e do vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, que representou os governadores do Centro-Oeste.

O ministro Mares Guia tratou

da Lei Geral do Turismo, que, de acordo com a senadora, é um dos destaques da pauta da CDR.

– Teremos a responsabilidade de aqui discutir esta lei, marco legal que possibilitará novos investimentos, elevando o turismo brasileiro a novo patamar – ressaltou ela.

Lúcia Vânia recebeu dos senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) os cumprimentos pela estréia na condução da CDR. Marconi Perillo afirmou que os temas debatidos contribuirão para que regiões menos desenvolvidas ganhem fôlego e se tornem competitivas.

Arthur Virgílio disse que “o país deve ter capacidade de crescimento fazendo crescer regiões mais pobres”. Já Flexa Ribeiro acrescentou que “a integração das regiões periféricas fará com que a nação atinja os níveis de crescimento que todos almejam”.

## Cristovam lastima que o país esteja em “franca involução”

“Estamos involuindo!” foi a frase repetida diversas vezes pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao discursar, ontem, em Plenário. O senador disse que o Brasil dos dias de hoje enfrenta retrocesso em diversos setores, principalmente quanto ao desenvolvimento econômico e social. Ele frisou temer que a atual geração deixe de herança para as futuras gerações a palavra “involução”, e não a palavra “desenvolvimento”.

Cristovam lembrou que o Brasil apresentou nos últimos anos taxas de crescimento econômico sucessivamente inferiores às de vários outros países. Para o senador, o agravamento dos casos de corrupção também aponta para uma involução no combate a esses crimes. Ele apontou ainda a “franca involução” de segmentos da infra-estrutura nacional como as estradas, a geração de energia e a aviação. Cristovam considera que o principal “símbolo da tragédia brasileira” é a violência.

– Vivemos a tragédia da violência, prova de uma grande involução, de um retrocesso no nosso projeto de civilização – lamentou.

Na avaliação do senador, há retrocesso também nas áreas de ciência e tecnologia e na educação, bem como na oferta de



“Tragédia da violência é a prova da involução no Brasil”, afirma Cristovam

empregos e nos movimentos de jovens e estudantes.

– Vamos reconhecer que nós temos culpa, os políticos mais velhos deste país, porque nós involuímos. Quando vocês lerem os discursos do Senado de 30 anos atrás e compararem com os discursos que fazemos hoje verão que involuímos – afirmou.

Na interpretação de Cristovam, chegou a hora de todos os brasileiros analisarem esses retrocessos, como o baixo crescimento, “o acomodamento do governo”, a corrupção e a violência.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) citou o ex-presidente e ex-senador Juscelino Kubitschek e disse achar melhor os brasileiros serem otimistas, apesar das dificuldades.

Líderes do PFL e do PSDB criticam taxa de juros, baixo crescimento do PIB e desvalorização do dólar diante do real no governo Lula e pedem maior controle dos gastos públicos

## Agripino acredita que PAC aumentará carga tributária

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse acreditar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) só poderá ser implementado por meio de aumento da carga tributária. Segundo ele, como os juros ainda estão muito altos (13% ao ano), o governo não poderá se apoiar no crescimento do produto interno bruto de (PIB), projetado em 5% ao ano, para obter as verbas públicas necessárias à sustentação dos projetos do PAC.

– A saída será aumentar a carga de impostos e tributos, que já está em 38% do PIB – advertiu.

Agripino se mostrou preocupado com o baixo crescimento do PIB em 2006 – de 2,9%, conforme números divulgados pelo IBGE –, ano em que a economia mundial cresceu 5,1%, em média. Para o líder do PFL, “as perspectivas tornam-se ainda mais incertas



Segundo Agripino, crescimento do PIB não trará verbas suficientes para programa

quando se observa o quanto o real está valorizado, o que barateia importações e diminui a renda dos exportadores, com prejuízos à produção interna e às vendas ao exterior ao mesmo tempo”.

Na opinião de Agripino, embora o Banco Central tenha logrado um controle eficiente da inflação, pecou ao não fazer um corte mais

## “Brasil é o patinho feio no ranking mundial”, afirma Arthur Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou ontem o fraco desempenho da economia brasileira em 2006, com crescimento de 2,9%, afirmando que a comparação dos resultados do atual governo com outras gestões e com outras economias do mundo “é contundente”.

Arthur Virgílio salientou que o crescimento médio do PIB global foi de 4,8% ao ano, entre 2003 e 2006, destacando que o Leste Europeu e a Europa Central cresceram 5,4% em média; os países em desenvolvimento da Ásia

avançaram em média 6,3% e os países da América do Sul, América Central e Caribe, exclusive o Brasil, 4,4%.

– Em 2007, novamente o Brasil será o patinho feio do ranking da expansão mundial. Em dois dos quatro anos de Lula isso ocorreu. No continente só ganhamos do Haiti, mergulhado em guerra civil. Numa lista de 34 emergentes, cuja média de crescimento é de 5,5%, o Brasil amarga a última colocação, atrás até do Paraguai.

Ao fazer uma análise dos fatores que determinaram o baixo

substantial dos juros em 2006, aproveitando que a economia mundial estava num bom momento – o que é incerto agora, quando a queda nas bolsas de valores do mundo indica diminuição no ritmo da atividade econômica na China e nos Estados Unidos.

O líder do PFL prega a necessidade de melhoria e contenção do gasto público, algo que ele não vê nos parâmetros que orientaram a formulação do PAC.

O discurso foi apoiado em apertes de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que Agripino fazia importantes ponderações, mas observou que as boas condições macroeconômicas da economia – como inflação baixa e redução do endividamento público – apontam para uma fase de crescimento.



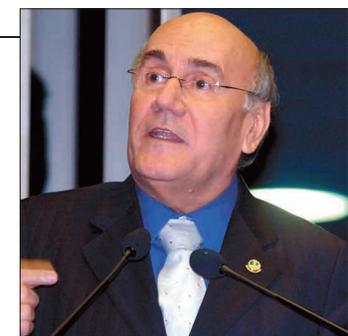
Virgílio: setor externo deu contribuição negativa à composição do PIB brasileiro

crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, o senador afirmou que o setor externo contribuiu negativamente na composição do PIB do ano passado (menos 1,4%), quando poderia ter crescido 4,2%.

## “Crescer 2,9% é para lamentar, e não comemorar”

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o governo Lula deveria lamentar, e não comemorar, o crescimento de 2,9% do produto interno bruto (PIB) em 2006, já que a projeção da equipe econômica sinalizava para um crescimento em torno de 5%.

O parlamentar também apontou o alto custo amargado pelo



Projeção da equipe econômica era de 5% e não 2,9%, lembra Flexa Ribeiro

país com a contínua desvalorização do real frente ao dólar. Se o governo teve um custo de R\$ 8,3 bilhões para manter as reservas internacionais em 2006,

Flexa Ribeiro adverte, com base em matéria do jornal O Globo, que esse custo poderá chegar a R\$ 12,5 bilhões em 2007.

O senador ainda reivindicou ajuste nos gastos públicos para reduzir o peso da carga tributária sobre o contribuinte. Conforme Flexa Ribeiro, a carga tributária cresceu 10% no primeiro mandato do presidente Lula. Em 2006, teria chegado a representar 38,80% do PIB, segundo projeção do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) citada em matéria do jornal Folha de S. Paulo.

Comissão de Direitos Humanos aprova propostas de alcance social, amplia ofensiva contra trabalho escravo e define uma série de debates sobre combate à violência

Fotos: Freixas



Mesquita Júnior (E), ao lado de Flávio Arns e Patrícia Saboya, apresenta parecer

## Empresa pode manter creche gratuita para filhos de empregados

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que garante creche e pré-escola aos dependentes de trabalhadores urbanos e rurais de até cinco anos de idade. A proposta, aprovada por unanimidade em decisão terminativa, estabelece que tal benefício é de responsabilidade de empresas com mais de 70 empregados.

De acordo com o projeto (PLS 298/03), o empregador poderá prestar a assistência de forma direta, no próprio ambiente de trabalho, ou ainda por meio de convênio com creches e pré-escolas ou pelo pagamento de

auxílio correspondente. No caso de auxílio-creche – cujo valor mensal deve corresponder, pelo menos, a dois terços do salário mínimo –, o empresário poderá deduzir o gasto até o limite anual de R\$ 1.400, por dependente, no Imposto de Renda.

O relator da proposta, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), destacou que a medida visa regulamentar o inciso XXV do artigo 7º da Constituição para assegurar que o dispositivo passe a representar um direito efetivo dos dependentes dos trabalhadores. Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, a matéria seguirá ao exame da Câmara dos Deputados.

## Reserva de vaga para deficiente em cursos de qualificação profissional

Pelo menos 5% das vagas nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) deverão ser reservadas às pessoas com deficiência, conforme substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR) a projeto de lei de Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos.

Mercadante destacou que o país já possui um conjunto de medidas legais que buscam promover a inclusão social e a cidadania das pessoas com deficiência. No entanto, disse, o ingresso dessa parcela da população no mercado

de trabalho ainda ocorre de forma restrita. Para ele, os programas de qualificação do FAT podem contribuir para que essas pessoas exerçam a cidadania.

Aprovada em decisão terminativa pela comissão, a proposta (PLS 295/04) depende de votação em turno suplementar, por ter recebido substitutivo.

A CDH acolheu ainda substitutivo de Paim a projeto (PLS 209/04) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que prevê uma marcação nos teclados de aparelhos telefônicos para poderem ser utilizados por pessoas com deficiência visual. A iniciativa vai a turno suplementar.

## Educar a criança é também dever da sociedade, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem, em Plenário, a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de substitutivo ao projeto de sua autoria que garante o oferecimento de creche e pré-escola aos filhos, com até cinco anos, de trabalhadores urbanos e rurais.

O parlamentar lembrou que sua proposta tem o objetivo de regulamentar o artigo 7º da Constituição e pretende obrigar empresas com mais de 70 empregados em seu quadro a oferecer o auxílio gratuito. Os gastos poderão ser deduzidos na parcela do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido até o montante de R\$ 1.400 por ano, por dependente.

– Entendo que o dever de prestar educação à criança não é exclusivo do Estado, mas dos demais segmentos da sociedade. Segundo recente pesquisa, dos 13 milhões de crianças do país na faixa etária até três anos, apenas 11,7% têm acesso a creches. Somente 6% recebem atendimento público. É uma estatística lamentável. O país que investe em educação é um país que acredita no potencial do seu povo e na importância política do processo educativo – sustentou.

Paulo Paim também destacou, no mesmo pronunciamento, que o ex-presidente da República João Goulart estaria completando ontem 89 anos. Ele classificou Jango e o ex-governador Leonel Brizola como dois dos maiores líderes que o Brasil já possuiu.

O senador gaúcho aplaudiu ainda o acordo firmado entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Tabaré Vázquez, do Uruguai, para a construção de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão, na fronteira entre os dois países.



Segundo Paim, apenas 11,7% das crianças no país com até 3 anos frequentam creche

## Criação de cadastro deverá facilitar adoção em todo o país

A criação de um cadastro nacional contendo uma listagem de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outra das pessoas interessadas em fazer a adoção é o que determina projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A proposição (PLS 27/04), de autoria do então senador e atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, foi aprovada em

turno suplementar, por se tratar de substitutivo.

Pelo projeto, que altera o artigo 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a autoridade judiciária de cada comarca ou foro regional manterá os registros das crianças passíveis de adoção e das famílias que querem adotar. O Cadastro Nacional de Adoções será feito com base nas cópias desses registros, encaminhados ao Ministério Público.

## Luta contra exploração do trabalho escravo terá ajuda de subcomissão

Na reunião de ontem, os senadores da Comissão de Direitos Humanos também acolheram proposta de criação da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, com o objetivo de fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar, durante um ano, as políticas governamentais relativas à erradicação do trabalho escravo e propor soluções para combater esse problema. O novo colegiado, composto por cinco titulares e igual número de suplentes, resultou de iniciativa do presidente da CDH, Paulo Paim, e será dirigido por José Nery (PSOL-PA).

Foi definido na mesma reunião que a Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude, criada no último dia 15 de fevereiro, terá como presidente e

vice-presidente, respectivamente, a senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) e o senador Flávio Arns (PT-PR).

– Um dos objetivos da subcomissão será estudar e aprofundar a discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, embora esteja em vigor há 17 anos, nunca foi realmente implantado no país – argumentou Patrícia Saboya.

Outras duas subcomissões permanentes da CDH definiram os nomes de seus presidentes: a Subcomissão do Idoso, que será dirigida pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e a Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, que ficará com o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

## CDH define datas de ciclo de debates sobre violência e direitos humanos

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Paulo Paim (PT-RS), anunciou ontem o calendário de trabalho do colegiado para este ano. Com reuniões todas as quintas-feiras, ficou acertado que quinzenalmente haverá audiências públicas, alternadas, na semana seguinte, com a discussão e a votação de proposições.

A primeira audiência será realizada já na próxima quinta-feira, com o tema “Meio ambiente, vida e direitos humanos”, e terá como expositora a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Na reunião, a ministra receberá uma placa de lembrança pela

sugestão que fez, no exercício do mandato de senadora, da criação da Comissão de Direitos Humanos. Segundo Paim, na mesma reunião também será feita uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

A audiência pública da próxima quinta é a primeira de um ciclo de debates de 12 temas relativos ao respeito aos direitos humanos e ao combate à violência em vários segmentos. Serão discutidos, entre outros assuntos, violência e direitos alternativos; violência e responsabilidade social do setor privado; e direitos dos povos indígenas.